




ANÁLISE DO BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL COM ENFOQUE NOS SECTORES SOCIAIS



Análise do Balanço do Plano Económico e Social com enfoque nos sectores sociais

1. Notas introdutórias

 Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) – IS2021 reporta o desempenho do Governo na implementação do Plano Económico e Social (PES) durante o primeiro semestre de 2021, constituindo, deste modo, um instrumento relevante para a definição de intervenções para a melhoria da acção governativa ao longo do ano de 2021.

A sua análise enquanto instrumento de monitoria que visa a materialização dos objectivos estratégicos definidos nas Prioridades do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024) é de suma importância para a consolidação do processo de gestão orçamental no País.

Durante o período em análise, o PES continuou a ser implementado num contexto em que a economia mundial foi fortemente afectada pela pandemia da COVID-19, com reflexo negativo nas perspectivas do seu desempenho. Ao nível doméstico, para além dos efeitos da pandemia da COVID-19, o referido período foi caracterizado pelo extremismo violento em Cabo Delgado e os ataques da auto-proclamada Junta Militar da Renamo no centro do País (Sofala e Manica) e a ocorrência de chuvas fortes, por vezes acompanhadas de ventos e descargas atmosféricas, bem como ciclones, ELOISE e GUAMBE, que afectaram as zonas centro e sul do País.

2. Finanças públicas

Na execução do Orçamento do Estado no período de Janeiro a Junho de 2021, os recursos mobilizados totalizaram o montante de 167.444 milhões de Meticais e as despesas executadas ascenderam aos 165.852,9 milhões de Meticais, uma realização de 45,4% e 45% da meta anual, respectivamente.

A análise comparativa dos indicadores orçamentais referentes ao primeiro semestre de 2021 do Relatório de Execução Orçamental

(REO) e os constantes no Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) evidencia a existência de discrepâncias entre os dois instrumentos no que refere ao agregado da despesa. A composição das despesas nos dois instrumentos sugere que houve uma reclassificação de despesas de investimento para funcionamento no valor de 805 milhões de Meticais. No entanto, não é apresentada nenhuma explicação sobre a alteração em causa.

Tabela 2. Discrepância entre Indicadores REO versus BdPES (em milhões de MT)

Rubricas	IS2021		Diferenças
	REO	BdPES	
Recursos Internos	155.416,7	155.416,7	0
Receitas do Estado	127.421,9	127.421,9	0
Mais-valias	2.500	2.500	0
Empréstimos internos	25.494,8	25.494,8	0
Recursos Externos	12.027,3	12.027,3	0
Donativos externos	6.834,9	6.834,9	0
Empréstimos externos	5.192,4	5.192,4	0
Total de Recursos	167.444	167.444	0
Funcionamento	115.896,2	11.509,1	805
Investimento	24.676,60	25.481,7	805
Operações financeiras	25.280,2	25.280,2	0
Despesas totais	165.853,00	165.852,9	0

Fonte: BdPES(IS2021) e REO (IS2021)

Apesar da execução relativamente satisfatória, ao nível dos agregados da despesa e receita, a realização das metas ao nível das rubricas é mui-

to díspar. Conforme ilustrado na tabela 3, rubricas como recursos externos bem como despesas de investimento situaram-se muito abaixo dos 50%.

Tabela 3: Execução orçamental de Janeiro a Junho de 2021

Rubricas	2021		
	Janeiro-Junho		Realização(%)
	Valor	Peso (%)	
Recursos Internos	155.416,70	92,8	50,3
Receitas do Estado	127.421,90	76,1	48
Mais-valias	2.500,00	1,5	100
Empréstimos internos	25.494,80	15,2	62,2
Recursos Externos	12.027,30	7,2	20,2
Donativos externos	6.834,90	4,1	20,1
Empréstimos externos	5.192,40	3,1	20,3
Total de Recursos	167.444,00	100	45,4
Funcionamento	115.091,00	69,4	48,3
Investimento	25.481,70	15,4	30,4
Operações financeiras	25.280,20	15,2	54,3
Despesas totais	165.852,90	100	45

Fonte: BdPES 2021 (Quadro 35)

Se for mantida a tendência registada no primeiro semestre da baixa realização dos donativos externos, apenas 20,1% da meta anual, apesar de estar fora do controlo do Estado, poderá implicar maior endividamento ou, alternativamente, a não realização de determinadas despesas devido à falta de recursos.

Ao nível da execução da despesa, destaca-se a realização das despesas de investimento, 30,4% da meta anual, a mais baixa das rubricas da despesa. Considerando que esta rubrica apresentava, logo no princípio, uma alocação relativamente baixa, apenas 22,7% do peso da despesa (OE 2021), um baixo nível de execução irá implicar o adiamento/não conclusão dos poucos projectos de infra-estruturas inicialmente previstos.

Ao nível da mobilização de recursos destaca-

-se a tendência crescente do endividamento interno, com uma realização de 62,2% ainda na primeira metade do ano. Assumindo que tal ritmo seja mantido, é muito provável que o Governo ultrapasse as metas previamente fixadas sobre a dívida interna.

Os resultados sugerem um recurso crescente e contínuo ao endividamento interno em detrimento dos empréstimos externos (com apenas uma realização de 20,3% da meta anual). Esta situação é motivada pelo acesso limitado aos mercados financeiros face à posição pouco favorável de Moçambique nos ratings internacionais. Com efeito, esta distribuição na composição da carteira de dívida implicará altos encargos no serviço da dívida nos próximos anos, considerando o diferencial de custos dos empréstimos internos relativamente aos externos.

3. Orçamentos Sectoriais

No que concerne aos compromissos sectoriais para 2021, o Governo estabeleceu como objectivo prosseguir com a alocação de recursos em áreas prioritárias como da Educação, Saúde e Agricultura e Desenvolvimento Rural, no contexto do combate à pobreza e redução das desigualdades no País, apesar da contracção da actividade

económica que tem sido notável devido à pandemia da COVID-19. (OE 2021, parágrafo 151).

Neste âmbito, o Governo aprovou uma alocação do montante de 128.139,9 milhões de MT para os compromissos sectoriais, que corresponde a 47,9% da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado.

I. EDUCAÇÃO

O OE 2021 previa para a Educação – o sector com a maior proporção da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado – 63.973,7 milhões de Meticais (23,9%).

As principais intervenções para o sector da Educação no âmbito do PQG (2020-2024) encontram-se enquadradas na prioridade I - “Desenvolver o Capital Humano e a Justiça Social”, dentro do objectivo estratégico II - “Promover um Sistema educativo e inclusivo, eficiente e eficaz que responda às necessidades do desenvolvimento humano”.

No quadro dos objectivos traçados no PQG (2020-2024), o Plano Económico e Social de 2021 (PES) definiu oito (8) indicadores para o exercício económico de 2020, tendo fixados metas semestrais para apenas seis (6) dos mesmos.

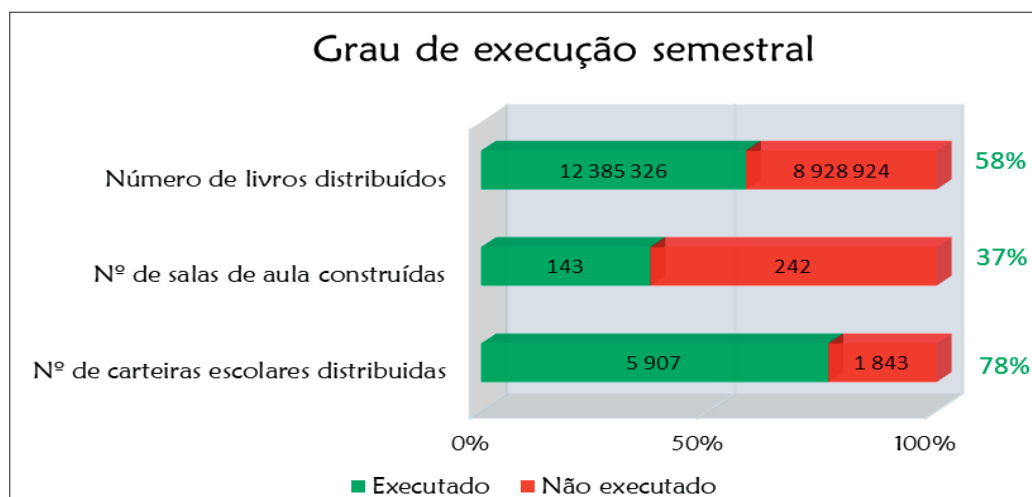
O BdPES aponta para a existência de indica-

dores promissores de expansão dos serviços e melhoria da qualidade de ensino (parágrafo 63), apoiando-se na taxa líquida de escolarização para os alunos que ingressaram na 1ª Classe com seis (6) anos de idade em 2021, que registou uma realização de 71.2% (70,4% meninas), contra um plano de 79,5% (79,3% meninas), e o rácio aluno/professor que se situou em 65 alunos/professor, contra meta anual de 64 alunos/professor.

Entretanto, nenhum dos indicadores alcançou a meta semestral inicialmente definida. Estes resultados implicarão um maior esforço do Governo para o cumprimento das metas anuais ao longo do segundo semestre.

Neste contexto, se for mantida a actual tendência, muito provavelmente os compromissos assumidos com o sector da Educação não serão executados.

Gráfico 1. Grau de execução semestral de indicadores seleccionados.



Em termos de expansão da rede escolar, o PES 2021 apresenta duas acções de ordem 233 a 234 referentes ao objectivo estratégico - “Promover o desenvolvimento de Infra-estruturas Económicas, Sociais e de Administração”. No entanto, apenas uma delas é passível de avaliação em termos dos progressos alcançados.

Tanto o PES 2021 assim como o BdPES IS2021 não apresentam metas para a acção que previa a conclusão da construção do Instituto Superior Politécnico de Mecuburi (província de Namputa) - (acção de ordem 234), o que dificulta a monitoria do referido indicador.

Conforme ilustra a Tabela 4, nenhuma das me-

Tabela 4. Grau de execução das metas referentes à infra-estrutura escolar.

Acção	Indicador de Produto	Grau de Realização
233_Continuar a implementação do programa de construção de infra-estruturas escolares	Número de salas construídas para o Ensino Primário	37%
	Número de Escolas construídas para o Ensino Secundário	67%
234_Concluir a construção do Instituto Superior Politécnico de Mecuburi	Instituto Superior Politécnico de Mecuburi construído	N/A

Fonte: BdPES IS2021

tas semestrais definidas foi cumprida a 100%. Estes resultados apontam para a prevalência de desafios importantes na expansão da rede escolar no País. Considerando os baixos níveis

de execução, muito provavelmente a despesa com o sector da Educação voltará a estar abaixo do compromisso sectorial, como aconteceu no exercício económico de 2020.

II. SAÚDE

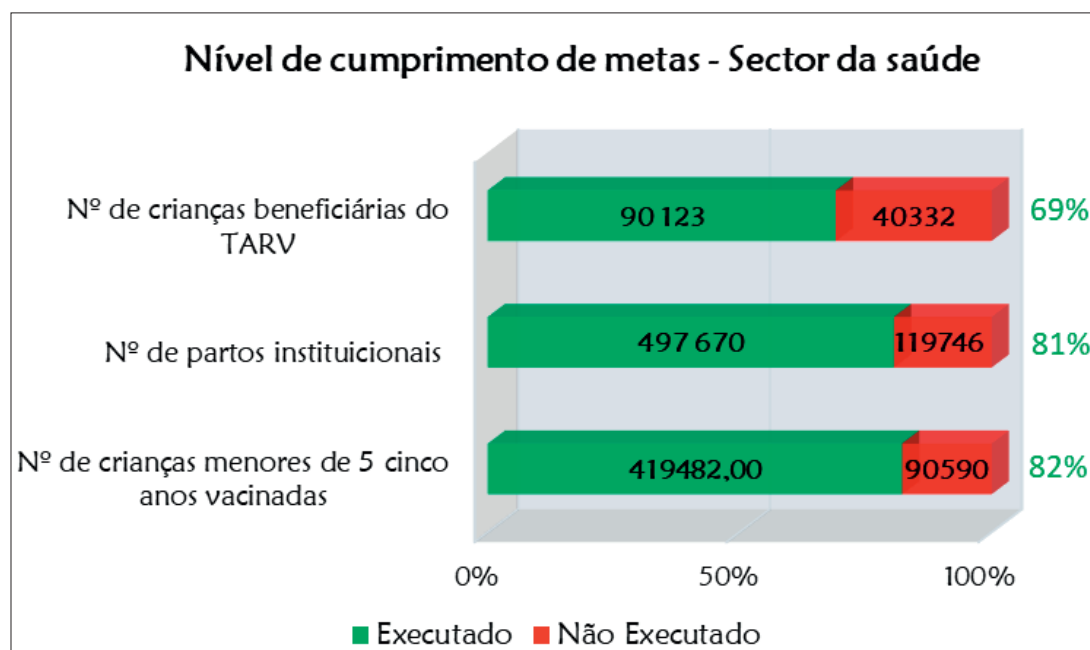
O Governo previa uma alocação de 37.415 milhões de Meticais para as despesas do sector da Saúde (OE 2021), 14.0% da Despesa Total (abaixo do compromisso sectorial de 15%), excluindo os Encargos Gerais da Dívida financiados principalmente por recursos internos (82%).

Com vista a fazer o acompanhamento e identificar os progressos no âmbito da Prioridade I - "Desenvolver o Capital Humano e a Justiça Social", dentro do objectivo estratégico II - "Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde", o Plano Económico e Social

de 2020 (PES) definiu quatro (4) metas para o exercício económico de 2021.

No entanto, apenas três das quatro metas anuais apresentam as respectivas metas semestrais. Conforme se pode observar no BdPES (Quadro 7), o indicador "Rácio de densidade dos profissionais de regime especial de saúde nacionais e estrangeiros por 100.000 habitantes" não apresenta uma meta semestral, o que torna difícil a avaliação dos progressos registados na melhoria dos serviços prestados numa base infra-anual.

Gráfico 2. Nível de cumprimento de metas seleccionadas no sector da Saúde



Fonte: BdPES IS2021

Conforme ilustra o Gráfico 2, o Balanço do PES do IS2021 evidencia que nenhuma das três (3) metas semestrais definidas foi cumprida a mais de 100%. O destaque vai para o número de crianças beneficiárias do Tratamento Anti-retroviral (TARV), cuja realização em relação à meta semestral situou-se em 69% da meta semestral. Estes resultados irão implicar esforços acrescidos por parte do Governo ao longo do segundo semestre para garantir o cumprimento das metas anuais.

Relativamente às infra-estruturas para o sector da Saúde, o PES 2021 apresenta seis (6) acções para 2021, compreendendo a construção de novas unidades, requalificação e conclusão daquelas iniciadas em anos anteriores, no âmbito do indicador de resultado – “Melhorado o Acesso aos Cuidados e Serviços de Saúde através da construção de mais Hospitais Gerais, Provinciais e Distritais do PQG 2020-24”.

Analizando as acções de ordem 223 a 228 referentes ao objectivo estratégico “Promover

o desenvolvimento de Infra-estruturas Económicas, Sociais e de Administração” do BdPES, depreende-se que, apesar de apresentar progressos significativos em relação a algumas das acções inicialmente previstas, o Governo não cumpriu nenhuma das metas semestrais definidas, mesmo para as actividades de reabilitação e restauro de hospitais gerais, provinciais e distritais.

O destaque vai para as actividades de requalificação do Hospital Distrital de Sussundenga (província de Manica) e a conclusão da construção do Hospital Distrital de Montepuez (província de Cabo Delgado), cuja execução não registou nenhum avanço, evitando a expansão/melhoria dos serviços para 195.250 e 216.535 potenciais beneficiários.

O BdPES explica a situação do Hospital Distrital de Sussundenga informando estar em negociação um financiamento para uma nova construção e, no caso de Montepuez, fala do litígio por incumprimento do empreiteiro na execução de obras de reabilitação.

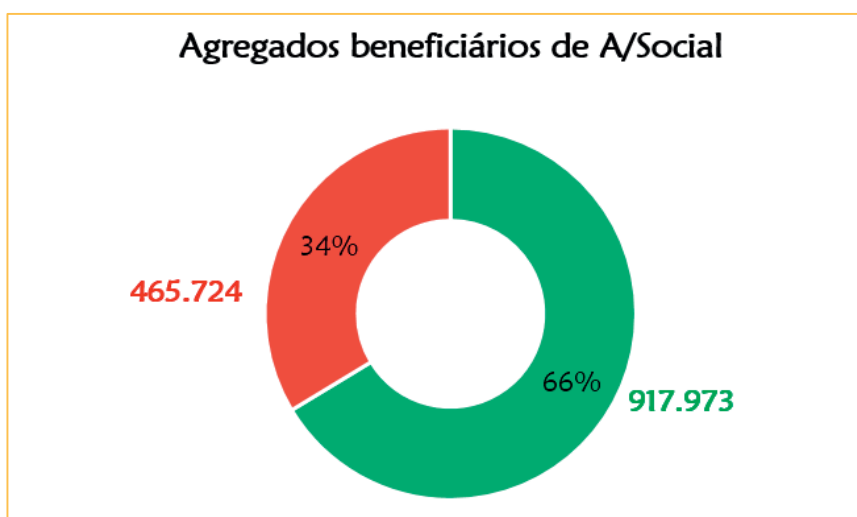
III. PROTECÇÃO SOCIAL

No que diz respeito aos Programas de Protecção Social para o ano de 2021, estava estimado o montante de 9.678,9 milhões de Meticais. Deste montante, 4.507,8 milhões de Meticais (47%) provenientes da componente interna. A alocação deverá abranger cerca de 1.772.708 beneficiários até ao final do ano.

De Janeiro a Junho de 2021, o Governo prestou assistência social a 917.973 agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade, através de transferências monetárias, em espécie ou através de pagamento de serviços pelo Instituto Na-

cional de Acção Social, de um plano de 1.383.697 agregados familiares, o que corresponde a 66% da meta semestral (parágrafo 137, BdPES 2021).

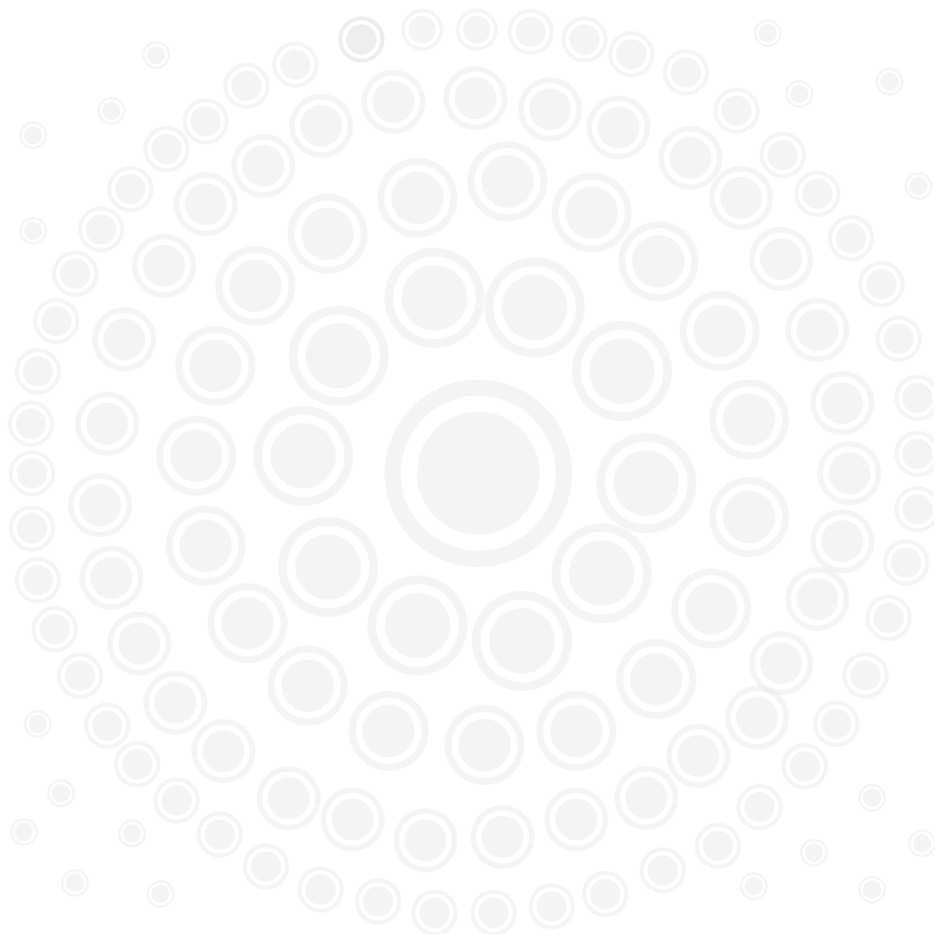
Este resultado implica que cerca de 465.724 agregados familiares em situação de vulnerabilidade ficaram sem o devido apoio em termos de assistência social. Uma situação preocupante considerando que essa camada da população enfrenta elevados níveis de insegurança económica e social, pelo que a sua exclusão contribui para a geração de situações de fome e prevalência de desnutrição crónica.



Recomendações

Com base nas constatações feitas, o Fundo de Monitoria do Orçamento (FMO) apresenta as seguintes recomendações:

1. Reforço da estratégia de gestão do endividamento público, com enfoque na dívida interna. Continuar a implementar o Decreto n.º 77/2017, de 28 de Dezembro, que regula os procedimentos da emissão e gestão da dívida pública.
2. Execução das despesas orientada para a promoção do investimento produtivo e a consolidação fiscal, com destaque para a redução das despesas de funcionamento, priorizando o investimento em áreas produtivas.
3. Redobrar os esforços no cumprimento dos compromissos sectoriais, com destaque para o sector da Educação, assegurando a execução das metas definidas.
4. Estabelecimento de uma monitoria mais implacável no cumprimento das metas referentes à protecção social, e aumento da cobertura dos programas de apoio social aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade e pobreza.



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Autores: Dimas Sinoa e Filza Rajá</p> <p>📍 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo ☎️ +258 21 085 797 ✉️ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉️ fmomozambique@gmail.com 📺 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz 📺 Youtube</p>